

RAÇA E RACIALIDADE NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRA

RACE AND RACIALITY IN THE BRAZILIAN GEOGRAPHIC THOUGHT

RAZA E RACIALIZACIÓN EN EL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO
BRASILEÑO

// RESUMO

AUTOR

Diogo Marçal Cirqueira¹ 

Mariza Fernandes dos Santos² 

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

E-MAIL

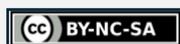
diogomc@id.uff.br

mariza.fernandesdossantos@gmail.com

DATA DE SUBMISSÃO: 28/01/23

DATA DE APROVAÇÃO: 16/08/25

DOI: 10.12957/GEOUERJ.2025.72842



E-ISSN 1981-9021

ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO ABERTO
DISTRIBUÍDO SOB OS TERMOS DA LICENÇA
CREATIVECOMMONS BY-NC-SA 4.0, QUE
PERMITE USO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO
PARA FINS NÃO COMERCIAIS, COM A CITAÇÃO
DOS AUTORES E DA FONTE ORIGINAL E SOB
A MESMA LICENÇA.

O objetivo deste artigo é realizar uma leitura dos conceitos e das formas de operacionalização da categoria raça na Geografia brasileira. Focamos na trajetória conceitual da raça e em como as diferenças raciais foram interpretadas e produzidas pela disciplina durante o séc. XX para evidenciar as várias perspectivas no campo. Os debates sobre as relações raciais não são recentes na Geografia, essa ciência contribuiu ativamente para o desenvolvimento de diferenciações e hierarquizações baseadas na raça. No Brasil do século XX esse processo assumiu uma configuração específica marcada por discussões sobre o “problema da raça” na formação nacional e os efeitos do racismo na reprodução de desigualdades no espaço. Assim, há produção de discursos geográficos conservadores que buscaram relacionar “meio-raça” para instituir processos de branqueamento da população ou para afirmar a mestiçagem como ethos do caráter harmônico do povo brasileiro. Na contemporaneidade, a raça tem sido recuperada por geógrafos brasileiros para questionar as interpretações racistas e apresentar leituras mais complexas e críticas sobre as relações raciais brasileiras a partir da Geografia.

Palavras-chave: raça; racismo; pensamento geográfico; geografia

// ABSTRACT

The article aim is to discuss the concepts and forms of operationalization of the race category in Brazilian Geography. We focus on the conceptual trajectory of race and how racial differences were interpreted and produced by the discipline during the 19th century to highlight the various perspectives in the field. Debates about race relations are not in Geography, this science has actively contributed to the development of differentiations and hierarchies based on race. In 20th century Brazil this process assumed a specific configuration influenced by "the problem of race" in national formation and the effects of racism on the reproduction of inequalities in space. Thus, there are production of conservative geographical discourses that sought to relate "environment-race" to institute processes of whitening the population or discourses to affirm the *mestizaje* as the ethos of the harmonic character of the Brazilian people. At the present time, race has been reclaimed by Brazilian geographers to question racist interpretations and to present more complex and critical readings about Brazilian race relations from geography viewpoint.

Keywords: race; racism; geographic thought; geography

// RESUMEN

El objetivo del artículo es discutir los conceptos y formas de operacionalización de la categoría raza en la geografía brasileña. Nos centramos en la trayectoria conceptual de la raza y cómo las diferencias raciales fueron interpretadas y producidas por la disciplina durante el siglo 19. para resaltar las diversas perspectivas en el campo. Los debates sobre las relaciones raciales no son recientes en Geografía, esta ciencia ha contribuido activamente al desarrollo de diferenciaciones y jerarquías basadas en la raza. En el Brasil del siglo 20 este proceso asumió una configuración específica influenciada por "el problema de la raza" en la formación nacional y los efectos del racismo en la reproducción de las desigualdades en el espacio. Así, hay producciones de discursos geográficos conservadores que buscaban relacionar "ambiente-raza" para instituir procesos de blanqueamiento de la población o discursos para afirmar el *mestizaje* como el ethos del carácter armónico del pueblo brasileño. En la actualidad, la raza ha sido reclamada por geógrafos brasileños para cuestionar interpretaciones racistas y presentar lecturas más complejas y críticas sobre las relaciones raciales brasileñas desde el punto de vista geográfico.

Palabra Clave: raza; racismo; pensamiento geográfico; geografía

INTRODUÇÃO¹

A categoria raça, embora desprovida de qualquer base biológica, permanece como um eixo fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e espaciais na modernidade-colonialidade (Quijano, 2015). Enquanto fato histórico e a político, seu significado tem sido disputado em diferentes campos do saber, incluindo a Geografia. Este artigo apresenta uma reflexão sobre como o pensamento geográfico brasileiro incorporou, reinterpreto e aplicou essa categoria, desde suas raízes nos debates racialistas do final séc. XIX até suas releituras contemporâneas no âmbito das geografias das relações étnico-raciais e negras.

A ideia de raça é um constructo social e não possui qualquer sustentação empírica comprovável na biologia ou no mundo natural (Malik, 2008). Como uma produção social, é atravessada por atributos contraditórios e polissêmicos, por vezes, irracionais (Hall, 2013). Afora ser um termo com vários sentidos, tem uso tanto no cotidiano popular quanto no mundo acadêmico-científico. Além de seu conceito ter variado amplamente no tempo histórico (Banton, 2019; Morrissey *et al.* 2014), a forma como foi mobilizado e performado nas relações sociais esteve ligada diretamente às interpelações impostas por contextos nacionais, regionais e, até mesmo, locais. Nesse sentido, para não incorreremos em exageros e abstrações generalizantes, buscaremos ancorar nossas discussões em torno da raça, sempre, em seu contexto. No presente caso, trataremos da formação racial brasileira (cf. Omi, Winant, 2014), compreendendo, obviamente, que a própria realidade brasileira é deveras abrangente e complexa.

Ao longo de sua história e formação nacional, o Brasil esteve implicado em debates agudos sobre o “problema da raça” (Seyferth 2021; Schwarcz 1993). Por um lado, o pensamento social brasileiro teve, como uma das suas principais questões, a “raça”. Pensadores como Silvio Romero,

¹ Parte das discussões realizadas aqui foram apresentadas no livro *Teorias da Geografia III: Mundos Possíveis* (Claudino; Sposito, 2023)

Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes dentre outros, buscaram explicar e, em alguns casos, resolver os dilemas da raça na sociedade brasileira. Apesar da distinção na perspectiva teórica e das diferenças de contexto histórico-político de cada um desses pensadores, todos compreendiam a raça – independente do grau – como um condicionante das relações sociais em nosso país. Por outro lado, tendo em vista que o “problema da raça” em nossa nacionalidade esteve articulado aos problemas da “natureza tropical tórrida e degenerante” e da heterogeneidade regional, desde o pós-abolição e dos primeiros tempos da República, “geógrafos” debateram a questão da raça ao buscar compreender a relação “homem-meio” ou “sociedade-natureza” e os “tipos étnico-culturais” regionais. Pensadores de várias áreas e matizes produziram um discurso geográfico para acomodar as visões de um povo multirracial ao meio tropical. A cartilha europeia que definia uma nação como a sobreposição entre povo, meio natural (território) e cultura (língua) (cf. Anderson, 2008; Seyferth 2021) os obrigava a isso. Aspectos desse debate sobre a nação perduraram por todo o século XX nas ciências sociais e humanas, especialmente na Geografia.

Ainda que o âmago de nossas discussões seja o contexto nacional, é importante ressaltar que pensadores, cientistas e geógrafos brasileiros foram ávidos leitores de teorias racialistas da Europa e dos Estados Unidos. Isso nos leva a buscar entender minimamente como esses sujeitos traduziram e adaptaram essas teorias à realidade brasileira. Igualmente, muitos cientistas estrangeiros, vivendo no Brasil, se envolveram nesse debate e expressaram seus pontos de vista, o que torna mais complexa as visões sobre a categoria raça, como veremos. Isso demonstra a impossibilidade de uma leitura do Brasil isolada do debate internacional sobre as relações raciais, ainda que os reveses e dilemas exclusivamente brasileiros tenham levado os pensadores a dar um tom propriamente nacional às discussões. Em síntese, o que se expressa no longo debate sobre a questão racial no Brasil é que ele sempre foi realizado em contraponto e extrapolou a pátria; seja para pensar o fracasso das “três raças tristes” em constituir uma civilização; seja para expressar nosso exemplo moral ao mundo pela “democracia racial” que constituímos; ou, para forjar uma comunidade na diáspora que busca, a partir de afinidades e similaridades de experiências, construir um pensamento-ação antirracista.

Como uma recente historiografia revela, a Geografia científica moderna, gestada na Europa em fins do séc. XIX, tem sua epistemologia e *modus operandi* marcada pelo colonialismo e o imperialismo (Morrissey *et al.* 2014; Nayak; Jeffrey 2015). Se, por um lado, essa Geografia buscou desenvolver ferramentas teóricas para analisar e explicar a diversidade e a diferença natural e humana na superfície do globo, por outro, o afã das nações europeias por dominar recursos, povos e territórios, levou a disciplina a qualificar e hierarquizar essa mesma diversidade sócio-natural do globo. Por exemplo, as metodologias de regionalização, que têm como princípio agrupar por semelhança e separar por distinção fenômenos espaciais, foram mecanismos poderosos de qualificação e produção da diferença através dos aspectos físicos e, sobretudo, humanos. Nesse sentido, a partir de uma “moral climática” (Livingstone, 1991) e do determinismo geográfico, que tinham como dispositivo teórico a raça, geógrafos não inseriram – nos moldes do iluminismo – um “humano” genérico e universal na “natureza”, mas um “homem” fraturado e hierarquizado racialmente (Livingstone 1993; Morrissey *et al.* 2014; Cirqueira, 2015).

Nos últimos anos, como demonstram uma série de levantamentos (Cirqueira; Corrêa, 2014; Oliveira, 2020; Ratts, 2020; Santos, 2020), diversos estudos vêm buscando recuperar essas abordagens e apresentar releituras críticas do espaço tendo como referência a categoria raça. Produzidos, em sua maioria, por pesquisadores negros e negras, esses trabalhos também ampliam o escopo da interpretação geográfica ao incorporar em suas análises metodologias que evidenciam a dimensão racial na produção do espaço. Alguns autores vêm denominando essas abordagens de “geografia das relações raciais” (Santos, 2011, 2012; Oliveira, 2011), de leituras da “espacialidade das relações étnico-raciais” (Ratts, 2010) ou interpretações da “dimensão racial do espaço” (Guimarães, 2015), e, mais recentemente, de “Geografias Negras” (Cirqueira, *et al.* 2020). Buscaremos comentar, ao longo desse artigo, propostas metodológicas e interpretativas a partir dessas perspectivas.

O artigo está estruturado na seguinte ordem: buscaremos, primeiramente, apresentar um quadro geral das perspectivas sobre raça e relações raciais nas ciências sociais brasileiras; posteriormente, debateremos a presença da raça no pensamento geográfico no Brasil, com foco em textos e momentos decisivos das viradas interpretativas no séc. XX; exploraremos como a

categoria raça tem sido aplicada em análises geográficas após a “virada crítica” dos anos 1980; e, por fim, apresentaremos alguns apontamentos sobre para onde vão essas discussões na disciplina.

RAÇA E RELAÇÕES RACIAIS NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Na bibliografia que busca realizar uma síntese do debate em torno da raça e das relações raciais no Brasil (Guimarães, 1996; Munanga, 2019; Schwarcz, 1999), encontramos quatro momentos e perspectivas que deram as bases para as principais interpretações sobre a raça e relações raciais no Brasil: O primeiro, refere-se ao estudos das ciências racialistas fundadas na biologia do final do século XIX e início do XX; o segundo diz respeito às interpretações “culturalistas” da raça, forjadas a partir dos anos de 1930; o terceiro, nos anos a partir da década de 1950, enfatiza o caráter residual do “preconceito de raça” e da desigualdade no Brasil e estabelece críticas às ideias de harmonia racial; a quarta perspectiva, que emerge nos anos 1970-80, assinala a discriminação racial como algo estrutural na sociedade brasileira, o que causa desigualdades entre brancos e não-brancos no que diz respeito à renda, a educação e outros indicadores sociais. Abordaremos tais perspectivas a seguir.

Ainda que as questões em torno das diferenças “humanas” tenham atravessado a história da formação social brasileira, as teorizações sobre a raça como categoria científica emergem com força após o fim do sistema escravista (1888) e da promulgação da Primeira República (1889) (Schwarcz 1993). Dois problemas aturdiavam as elites políticas nesse momento: como construir uma nação desenvolvida e civilizada aos moldes dos países europeus; e o que fazer com o grande quantitativo de indígenas, negros e mestiços que, aos olhos dos teóricos racialistas europeus e brasileiros, eram uma população racialmente inferior e um entrave para o progresso.

Autores canônicos desse período, como Sílvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues etc., buscaram resolver esses supostos dilemas da sociedade brasileira e, para isso, se utilizaram justamente da ideia de raça. No geral, influenciados pelas ciências racialistas da Europa e dos Estados Unidos, consideraram a raça como um dado da realidade

natural/biológica. Há uma redução do mundo social às determinações raciais e a raça é assumida como uma noção ontológica, um mecanismo ordenador da sociedade. Assim, a cada “tipo racial” (branco, negro, indígena e mestiço) foi atribuído um caráter, um arquétipo e uma essência subjetiva e moral. Essas diferenças foram traduzidas em hierarquias e desigualdades naturais, segundo as quais o branco (“ariano”, “caucasiano”, “germânico”, etc.) estava no topo e, a depender do autor e suas referências teóricas, revezavam-se na base as “raças inferiores” (negros, indígenas, amarelos e mestiços) (Cirqueira, 2015). É importante ressaltar que, enquanto “o índio”, distante das áreas urbanas do país, tornou-se uma “província” da Antropologia via estudos étnicos, enquanto “o negro” tornou-se o “objeto” de investigações históricas e sociológicas por meio do estudos racialistas e tomados como membros “problemáticos” de uma sociedade capitalista em vias de modernização.

Os efeitos dessa interpretação racial na realidade social envolveram, primeiramente, a busca por justificar, explicar e naturalizar as estruturas de desigualdade e o controle da força de trabalho no pós-abolição, período em que a institucionalidade da escravidão foi substituída pela fixidez e as determinações biológicas da racialidade (Schwarcz 1993; Seyferth, 2021). Do ponto de vista prático, vinculando a racialidade aos destinos da nação, essa interpretação serviu para amparar politicamente o incentivo à migração europeia para o Brasil com o objetivo de branquear a população e o território (Correa, 2013), com fins de desenvolver a nação.

Na década de 1930, surpreendentemente, ocorreu uma virada nas interpretações sobre a raça no Brasil. Um marco dessa virada foi a publicação da obra *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, que, articulada às iniciativas nacional-populistas do governo Vargas, trouxe um conjunto de novas e complexas teorias, com um apelo nitidamente popular, para explicar o Brasil. No centro das interpretações que o livro apresenta, está a substituição das ideias de raça pela noção de cultura, algo baseado na Antropologia Cultural do antropólogo alemão Franz Boas (1852-1942). Não que Freyre tenha abandonado a noção de raça, mas ele apresenta uma interpretação mais flexível e aberta da raça por meio da ideia de miscigenação. Em sua visão, por exemplo, o que caracteriza e dá singularidade à sociedade brasileira é a sua propensão e tolerância à mistura racial e, conseqüentemente, a existência de uma “democracia social” (mais

tarde denominada “democracia racial”) frente à inexistência de uma “democracia política”, devido à suposta ausência de “preconceitos de raça” no país.

Freyre, ao culturalizar fatos antes compreendidos como biológicos, relativizou as determinações da raça; ao trafegar ambigualmente entre a biologia e a cultura, a raça emerge como um elemento “plástico” no pensamento freyriano. Ainda que ele tenha utilizado os termos da ciência racista precedente (como “negro”, “branco”, “indígena” e “mestiço”), essa operação permitiu ressaltar a importância e o papel central de africanos no “processo civilizador” e na “formação social e cultural brasileira” (Freyre, 2006) justamente por sua adaptabilidade a um mundo nos trópicos (Cirqueira, 2023). No entanto, é importante ressaltar, essa via também tornou mais nebulosa as relações de poder forjadas a partir da raça, que produziram desigualdades e hierarquizações na sociedade brasileira.

Na década de 1950, pós Segunda Guerra Mundial e sob os auspícios do “Projeto Unesco” para compreender os padrões de relações raciais existentes no Brasil, emergiram novas perspectivas sobre a raça no País. Destaco aqui, em meio aos vários estudos que envolveram o “Programa de Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil” (Maio 1999), os desenvolvidos em São Paulo pela “Escola de Sociologia Paulista”, que se funda justamente financiada pela Unesco e debatendo as relações raciais. Tendo como os principais autores, Roger Bastide e Florestan Fernandes (1955), esse grupo abordou a “raça” (assim como a ideia de “cor”) como uma categoria sociológica. Assim, de forma explícita, a raça foi compreendida como um fato social, longe de qualquer qualificação biológica ou natural.

Especificamente, Fernandes (2013) buscou compreender o “preconceito de cor” presente nas relações raciais que vigoravam no Brasil (de fato, em São Paulo). Além de denunciar a democracia racial como um “mito”, ou seja, como uma distorção e falseamento ideológico da realidade, ele destacou a permanência de valores da “ordem escravocrata” nas relações sociais da “nova ordem competitiva” em formação. A tese de Fernandes era que as ideias de “negro”, “branco” e “mulato”, e seus sentidos relativos, são resíduos e arcaísmos do passado escravista em uma recente sociedade de classes, algo que desapareceria com o processo de modernização da sociedade brasileira. Nas entrelinhas de suas teorizações, as ideias de raça (ou a diferença

por cor) perderiam sentido e se dissipariam na sociedade brasileira capitalista, que passaria a ser antagonizada pelas diferenças de classe.

É importante mencionar nesse período as críticas realizadas por Guerreiro Ramos (1995, p.163-164), sociólogo e militante do movimento negro nos anos de 1950. O autor não somente critica os cientistas que tomam “categorias e valores induzidos predominantemente da realidade europeia” e “norte-americana”, como enfatiza que a raça foi adotada como um aspecto “ideológico” na realidade brasileira. Ele foi um dos primeiros autores a evidenciar que o “problema do negro” não está ligado estritamente à realidade social, trata-se de uma criação da própria ciência que o interpela. Ramos, assim, propõe que a raça seja estudada como “categoria sociológica”, nos termos de uma “ciência nacional”, a partir da realidade brasileira concreta.

Por fim, um último período em que novas leituras sobre a raça emergiram foi o fim dos anos de 1970 e início dos anos 1980. O regime militar, desde o golpe de 1964, havia afirmado o mito da democracia racial como uma expressão da identidade nacional brasileira e silenciado ativistas e pesquisadores que buscavam denunciar a existência de um problema racial no país. No entanto, com o processo de reabertura política e a reemergência do movimento negro, novas interpretações, com a categoria raça como referência, entraram em cena. A primeira delas foi a sociologia das relações raciais que, influenciada pelos debates e pesquisas realizadas nos Estados Unidos, passou a utilizar a raça como um instrumento e categoria analítica para interpretar a relação entre a discriminação sistemática e a constituição de desigualdades de oportunidade, de tratamento e, sobretudo, socioeconômica entre grupos raciais e de cor (Guimarães, 2003).

Dentre vários pesquisadores desse período, Hasenbalg e Valle (1988) expressam bem as interpretações que usam a raça como categoria analítica. Encampando estudos sobre as “desigualdades raciais e de cor” no Brasil, ao desagregar racialmente dados estatísticos oficiais do governo brasileiro, eles demonstraram que as assimetrias no país apresentavam um forte componente de raça\cor, algo que não poderia ser reduzido somente às questões socioeconômicas. Suas análises evidenciaram que, primeiro, é possível agregar os grupos estatísticos em “brancos” e “não-brancos”, pois, no que diz respeito aos “não-brancos”, não há

diferenças substanciais entre pretos e pardos em relação a variáveis como renda, educação, habitação etc. Segundo, a desigualdade e as disformidades de status e posição de classe social permaneciam inexplicadas em interpretações com foco na condição socioeconômica (medidas por renda, habitação etc.), algo que só poderia ser atribuído à raça/cor dos indivíduos. Desmistificando a ideia de que o mestiço é o fiel da balança nas relações raciais, os autores demonstraram que a posição no “gradiente de cor” (entre brancos, pardos e pretos) não é condicionante escalonador no processo de ascensão dos indivíduos do ponto de vista estrutural, pois o sistema de desigualdades aparece mais polarizado racialmente nas estatísticas do que no imaginário social (cf. Guimarães, 2009). Ou seja, nas estatísticas, “não-brancos”, independente se pretos ou pardos, além de estarem próximos estatisticamente, aparecem igualmente, e com mais frequência, em situação de desvantagem. Isso é algo que a escolha por se autodeclarar como “pardo” ao invés de “preto”, por exemplo, não consegue dirimir estruturalmente, de acordo com os autores (Hasenbalg, 2005; Hasenbalg e Silva, 1988).

Diferente de Florestan Fernandes, que enxergava o preconceito racial e as relações de raça/cor como uma anomalia arcaica na nova ordem competitiva, Hasenbalg e Silva, usando a raça como categoria analítica, demonstraram que, não apenas o “preconceito racial” e a raça eram funcionais para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como a reprodução do sistema de desigualdade racial e “de cor” necessitava desses elementos para regular as relações de trabalho. Assim, ao buscarem estabelecer pontos de convergência e diferenciação entre “grupos de cor” e “classes sociais” para pensar a “posição social”, evidenciaram como a raça, um “princípio classificatório”, é estrutural na sociedade brasileira, notadamente na produção de desigualdades e hierarquias.

Por outro lado, nesse mesmo momento de reabertura no país, o Movimento Negro, em especial o MNU (Movimento Negro Unificado, 1988), enfatizou a dimensão estrutural e institucional do racismo no Brasil. Intelectuais negros e negras passaram a mirar as bases epistemológicas das teorias produzidas para interpretar as relações raciais brasileiras. Na visão de autoras como Lélia Gonzalez (2020), um dos entraves à interpretação das relações raciais é o próprio racismo, uma vez que ele resulta em perspectivas teóricas pautadas unicamente pela

experiência, perspectiva (e fantasias) brancas. Autores como Eduardo de Oliveira Oliveira e Beatriz Nascimento (Nascimento, 2021) postulavam uma “sociologia negra” e “uma história feita por mãos negras” consecutivamente, justamente para se produzir outros pontos de vista sobre as relações raciais e sobre como a raça é experienciada na sociedade brasileira.

Essas diferentes perspectivas contribuíram para moldar a compreensão das relações raciais no Brasil, influenciando não apenas as ciências sociais, mas também a Geografia. A seguir realizaremos uma reflexão contrastiva sobre como essas diferentes tendências de abordagem da raça se expressaram ou não na ciência Geográfica.

RAÇA, MEIO E NAÇÃO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO ALVORECER DO SÉC. XX

Neste tópico apresentaremos uma visão panorâmica da trajetória da categoria raça no pensamento geográfico produzido no Brasil. Primeiramente, é importante enfatizar que, ainda que grande parte dos cientistas sociais não tenham dado a devida atenção, as discussões sobre a diferença racial tiveram um acentuado fundo geográfico (ou espacial). Dois exemplos, dentre vários, evidenciam isso. O primeiro refere-se a um dos primeiros registros conhecidos da palavra “raça” para designar as diferenças entre seres humanos. François Bernier, em artigo no *Journal de Sçavants* de 1684, apresenta a diferença racial como um efeito do meio natural, algo que o permite propor uma “nova” regionalização do mundo baseada nesse critério:

Os geógrafos até aqui dividiram a Terra em países ou regiões. O que observei nos homens ao longo de minhas viagens leva-me a pensar em dividi-la de outro modo. Pois ainda que na forma exterior do corpo, e principalmente do rosto, os homens sejam quase todos diferentes uns dos outros, segundo os diferentes cantões da Terra que habitam, de tal sorte que aqueles que muito viajaram podem muitas vezes sem se enganar distinguir pelo rosto cada nação particular; eu observei ademais que há, sobretudo quatro ou cinco espécies ou raças de homens cuja diferença pode servir com fundamento a uma nova divisão da Terra, (apud Guimarães, 2008, p. 17)

O segundo exemplo, é o uso da categoria raça por Ratzel e La Blache. Não há espaço nesse artigo para o aprofundamento dessa discussão, mas ambos os autores operacionalizaram a categoria raça para qualificar a diferença humana em suas principais obras: *Antropogeografia* (1882-1891) e *Princípios de Geografia Humana* (1922). Os autores nos levam a pensar, inclusive, que o “humano” que se expressa no *Antropo* e na *Humana* dos títulos de suas obras não é o humano genérico e universal, mas um humano fraturado, diferenciado e, por vezes, hierarquizado.²

No contexto brasileiro as teorias geográficas foram centrais no período de constituição da Primeira República no fim do séc. XIX, onde o “espaço geográfico era uma realidade e uma metáfora” (Machado, 1995, p. 310) nos debates sobre a formação nacional e a busca pelo “progresso”. De acordo com Machado, nesse momento, três aspectos aturdiavam os pensadores que tencionavam levar o país ao desenvolvimento: a natureza físico-climática do território; a adaptação dos indivíduos ao meio; e as características raciais dos habitantes.

Essa realidade levou muitos pensadores da nação a produzir, direta ou indiretamente, teorizações geográficas, por mais que não se identificassem com esse campo disciplinar. Conseqüentemente, tendo em vista a abolição da escravidão (1888) e a grande quantidade das supostas “raças inferiores” no Brasil, incorporaram pressupostos das ciências racialistas europeias em suas elaborações teóricas. Sílvio Romero, por exemplo, um dos principais pensadores do fim do séc. XIX, ao buscar formular uma “teoria da evolução histórica do Brasil”, cujo objetivo era “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito e do caráter do povo brasileiro”, enfatiza que, dentre os principais fatores pelos quais a nação brasileira deveria ser pensada, estavam a “ação do meio físico” e “as qualidades etnológicas das raças constituintes” (Romero, 1902, p. 6, 21).

Para Romero, orientado pela biologia evolucionista, as “origens do atraso” brasileiro estavam principalmente no clima, marcado pelo “calor excessivo, chuvas torrenciais e pelas

² Para um aprofundamento sobre esse tópico sugerimos a leitura de Stogiannos (2019), que trata da abordagem e a presença da raça nas obras de Ratzel, e, em *Principes de Géographie Humaine* (La Blache, 1922), de Vidal de La Blache, na seção *Fragments*, o tópico intitulado *Formation de races*.

secas”, e na “incapacidade relativa das três raças que constituíram a população do país” (Romero, 1902, p. 41). Na visão do autor, uma das saídas desse problema estava no incentivo à imigração europeia e no estímulo à miscigenação da “raça branca superior” com as “raças inferiores”. Em suas fabulações, a miscigenação resolveria os dois problemas mencionados: branquearia o povo ao injetar “sangue superior branco” no conjunto da população; e, propiciaria à descendência branqueada as “ferramentas” biológicas adaptativas para habitar os trópicos. Em conclusão, diz Romero: “O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima [tropical]” (Romero, 1902, p. 91).

Essa interpretação foi reproduzida com maior complexidade por Oliveira Vianna. O autor propunha o incentivo à imigração “ariana” de forma controlada e distribuída regionalmente pelo território brasileiro para evitar concentrações “arianas”, como as que vinham ocorrendo no sul do país à época. Havia a compreensão de que, entre a população branca europeia, existiam distinções estabelecidas pela diferença dos meios naturais na própria Europa, os quais geraram diferenciações raciais, como por exemplo, “Celtas”, “Mediterrâneos”, “Nórdicos”, “Ibéricos”, “Dinários” etc. Assim, uma vez que “cada qual desses tipos [raciais] tem uma ‘resposta adaptativa’ própria aos climas tropicais”, dever-se-ia estabelecer uma “distribuição racional das etnias arianas, segundo o critério da sua maior ou menor adaptabilidade às diversas zonas climáticas do país” (Vianna, 1959[1932], p.49, 69).

Para compor uma leitura sobre o meio físico brasileiro e a “aclimação” de “tipos arianos” no Brasil, Vianna tomou como referência as discussões que vinham sendo realizadas no campo da Geografia (Cirqueira, 2018). O autor demonstrou conhecer as tendências teóricas da Geografia da época, como “a ‘antropogeografia’ dos alemães, a ‘geografia social’ dos franceses, a ‘geografia humana’ dos ingleses (sic) ou aquilo que os americanos chamam, com muito maior felicidade, a ‘ecologia humana’” (Vianna, 1959[1932], p. 163). Entretanto, as referências principais de suas argumentações são Ratzel e La Blache, lidos a partir da obra de Lucien Febvre, *La Terre et l'évolution humaine* (1922). Por essa via, o autor preferiu o “possibilismo” de La Blache ao “determinismo” ratzeliano, pois, estrategicamente, o “possibilismo” o livrava da ideia de meio tropical como uma prisão degenerante intransponível e permitia projetar o problema da

“evolução social” brasileira no “homem”, conseqüentemente, nos “tipos raciais ou étnicos”. Enfim, a negação do “fatalismo geográfico de Ratzel” a favor do “possibilismo de La Blache” permitia compreender o “meio tropical” intrínseco ao território brasileiro não como um problema, mas como um horizonte aberto de possibilidades para os “diversos tipos da raça ariana” (Vianna, 1959[1932], p. 138, 163).

Quanto aos geógrafos contemporâneos de Romero e Vianna e que articularam em suas teorizações a categoria raça, podemos destacar Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser. Ambos os geógrafos despenderam, desde a década de 1920, esforços para introduzir no contexto brasileiro a “Geografia Moderna” que, em suas interpretações, era uma perspectiva mais “científica” e menos “memorizante” e “descritiva”. Ambos também se engajaram nos debates sobre desenvolvimento, progresso e produção da nação no final da Primeira República, e apresentaram uma leitura desse contexto a partir da Geografia. Como a raça era um dos temas centrais nos debates sobre a nação, ambos tiveram que articular aos seus sistemas teóricos essa noção.

Carvalho, bastante influenciado pela perspectiva francesa de Geografia, ao buscar afirmar a “Geografia Moderna”, posicionou a disciplina no domínio das ciências naturais. A “região natural”, apresentada como um conceito fundamental da disciplina, é compreendido como um produto do meio físico-natural que, ao tempo que articula aspectos como relevo, clima, vegetação etc., toma o componente humano como um “fator” que possui importância fundamental nos processos, mas é subordinado às forças naturais, como qualquer outro elemento do meio. A “região natural”, assim, expressa a relação e a síntese entre os grupos humanos e um determinado meio físico-natural.

A maneira como Carvalho abordou a “região natural” expressa uma solução para os problemas relativos à unidade nacional brasileira no início do séc. XX. O autor apresentou a diversidade que envolvia as regiões naturais brasileiras como um todo articulado. Com isso, reforçou um ideário de “unidade na diversidade”, algo que se sobrepunha à heterogeneidade interna do território nacional. Em suas palavras:

Afastando assim a ideia de os Estados teoricamente iguais e equivalentes, tais como estão na Constituição, passaremos a salientar os fatores de diferenciação, de diversificação, que fazem se completar entre si as zonas nacionais. Mais eloquente e mais necessária aparecerá a ideia sacrossanta da união que fez a honra de nossa história e que faz nosso prestígio e nossa força (Carvalho, 1925, p. 88).

Para além de resolver o problema da unidade nacional por meio do discurso geográfico, outra questão que emerge nas leituras de Carvalho é a da diversidade humana presente no território brasileiro, algo que o autor buscou interpretar através da racialidade, traduzida na ideia de “tipos sociais humanos”. O autor compreendia o meio físico-natural como a condição determinante nos processos de formação e diferenciação de “tipos” humanos. Assim, ele coaduna com a perspectiva que afirmava a existência de “tipos sociais humanos” mais aptos para cada meio específico ou para cada “exigência natural”. Em seus próprios termos, “cada região [natural] forma um tipo social humano, amoldado às suas exigências naturais” (Carvalho, 1930, p. 242).

Um dos problemas que envolveram suas discussões acerca da formação dos “tipos humanos” no Brasil é a mestiçagem. Nesse contexto, as proposições de Carvalho foram forjadas essencialmente pelos debates que vinham ocorrendo em torno desse assunto no cenário brasileiro. Em meio a um debate que transitava entre posições otimistas e pessimistas sobre mestiçagem entre nós, o autor se colocou do lado da primeira. Carvalho concordou com autores como Sílvio Romero e Oliveira Vianna, que acreditavam que a mestiçagem não era um processo degenerativo, como pronunciavam teóricos europeus, mas um processo necessário e passageiro cujo fim seria marcado pela prosperidade, pois resultaria em uma sociedade mais branca e, supostamente, mais civilizada. Algo novo nessa discussão foi o encadeamento que o geógrafo realizou entre a dimensão regional e o caldeamento racial.

Posto que Carvalho pensou a conformação dos “tipos sociais humanos” instituídos pelas “exigências” do meio, conjugou sua concepção de diversidade articulada das regiões naturais brasileiras à ideia de uma conformação dos “tipos” regionais. Em suma, o meio natural condiciona a formação dos vários tipos de mestiços brasileiros, dentre os quais os mais comuns e

característicos são: “o mameluco”, dos platôs centrais; “o gaúcho sulista”; “o jagunço” do semiárido nordestino; e “o caboclo” amazonense (Carvalho, 1930).

Carvalho, ao tratar da mestiçagem, no entanto, advogou pela superioridade e preponderância do “tipo branco” no processo de mistura. Nesse contexto, o autor não somente se posicionou a favor do incentivo da migração de europeus brancos para o país, como produziu um discurso geográfico que visa e prevê o branqueamento da nação. Diz ele:

os elementos brancos puros anualmente trazidos ao Brasil pela imigração, a seleção sexual, a ausência entre nós do prejuízo de raças tão arraigado nos povos anglo-saxônicos, são fatores da extinção dos mestiços. Antes de um século, é provável que a população brasileira será em grande maioria branca e que estejam extintas as raças africana e americana (Carvalho, 1923, p. 128)³.

Ao lado de Carvalho, Everardo Backheuser é considerado também um dos introdutores da “Geografia Moderna” no Brasil. Como vários autores de sua época, se debruçou sobre os problemas que considerava prementes para a unidade nacional e territorial brasileira, e tratou do problema da raça relativo ao povo. Ainda que em diálogo com Carvalho, apresentou uma leitura relativamente diferente, ao utilizar a noção de “antropogeografia” baseada em Ratzel.

Em sua concepção, o homem “é um agente geográfico”, assim, na interpretação geográfica, deve estar expressa a “estreita ligação entre o homem e o seu ambiente de atividade”. Aqui ele se utiliza das teorias ratzelianas para afirmar que o “homem”, quanto mais desenvolvido e civilizado, mais está vinculado ao meio - de onde retira recursos - e maior é a propensão à migração (ou expansão). É nesses termos que “o estudo do componente humano se traduz (...) pelo exame dos diversos estágios da cultura humana. Essa avaliação do grau de cultura nos parece ser um elemento de enorme valor geográfico. É por ele que vemos a atuação do fator homem” (Backheuser, 1926-27, p. 81-82).

³ É importante mencionar que Carvalho se fundamenta em João Batista de Lacerda, especificamente nas afirmações do seu texto “Sobre o mestiço brasileiro”, apresentado no Congresso Universal das Raças (1911), que enfatizava o desaparecimento de negros, indígenas e mestiços, e o branqueamento da população brasileira em quatro gerações.

Por outro lado, o “homem” é visto por Backheuser, em essência, como nômade. Em sua leitura, as migrações “tem causas tipicamente geográficas. Geográficas são também, por outro lado, as adaptações que sofrem animais e povos quando acabam suportando o peso decisivo do meio físico, que deixa nos indivíduos e nas aglomerações sinais indeléveis” (*ibid.*, p. 79). Backheuser chega à conclusão, baseado nas teorias de migração da humanidade de Ratzel, que os deslocamentos humanos estariam relacionados a um processo de adaptação, superação e esgotamento do meio (solo e clima).

Seguindo esse raciocínio, o autor enfatiza que a humanidade surgiu nos trópicos e, em processos de ajustamento e superação, se trasladou para áreas de clima temperado e frio, onde, inclusive, residem as “civilizações adiantadas”. É justamente nesse ponto que Backheuser articula a ideia de “grau de cultura” com a teoria ratzeliana da “posição geográfica”, e sustenta o entendimento de que haverá, em um futuro próximo, a conformação de uma civilização nos trópicos.

Para criar uma projeção otimista sobre o Brasil, Backheuser, primeiramente, aceita a premissa de que os povos desenvolvidos se localizam nas zonas temperadas do globo. Ele refere-se implicitamente à Europa. Contudo, a partir dos usos dos recursos disponibilizados pelo solo, o autor relativiza o processo de desenvolvimento dos grupos humanos, pois o “grau de cultura” de um povo determina as possibilidades de utilização dos recursos; conseqüentemente, na medida em que todos os solos disponibilizam recursos que podem, virtualmente, ser explorados, o processo de desenvolvimento é sempre um processo em aberto e aguardando o momento histórico em que um povo alcance o “estágio de cultura” necessário para explorar devidamente seu solo⁴.

O autor usa essa lógica para afirmar que, se o “homem”, “civilizacionalmente” falando, pôde se expandir e se desenvolver nas zonas temperadas e frias da terra sabendo explorar devidamente os recursos do solo; esse processo também poderia ocorrer nos trópicos, mais

⁴ O exemplo utilizado para evidenciar essa afirmação é o caso Inglês que, a despeito de possuir em seu solo por milhares de anos o carvão mineral, só no séc. XIX pode desenvolver técnicas e formas de aproveitamento desse recurso natural disponível.

especificamente no Brasil, “espaço” repleto e rico em recursos naturais. Nesses termos, é previsto o deslocamento da civilização das zonas temperadas para os região tropical.

Apesar dessa perspectiva otimista sobre o Brasil, a raça parece ser um impasse na interpretação de Backheuser. É importante enfatizar que o autor nega que a raça seja um fator explicativo nos processos geográficos que envolvem a “ação do homem” no “espaço”. Apesar disso, ainda que haja uma substituição da palavra “raça” por “cultura”, permanece o mesmo princípio conceitual diferenciador e hierarquizante da primeira. Ao reter a lógica evolucionista, as hierarquizações são projetadas na cultura e, na medida em que a cultura é vinculada a grupos humanos, que não deixam de ser reconhecidos por seus traços diacríticos, uma hierarquização de fundo cultural permanece racializada. Os povos europeus e brancos, “culturalmente avançados”, continuam superiores enquanto o resto da “humanidade”, não-branca e atrasada, segue inferior.

Esse posicionamento se expressou em Backheuser, principalmente em suas proposições sobre a estrutura política do Brasil. De acordo com o autor, a unidade territorial e a identidade nacional são partes indissociáveis de um Estado-nacional moderno, e é o povo (e o seu “grau de cultura”) que emerge como o elemento que dá unidade, sentido e um caráter de totalidade a esses fatores. Tendo em conta a natureza inferior da “cultura” da população brasileira, o autor constatou que esse aspecto precisa ser alterado a fim de que o país possa alcançar um grau de civilização avançado.

Na proposta de Backheuser para solucionar esse problema, dois fatores ocuparam lugar de destaque: a educação e o branqueamento. Como integrante do movimento escolanovista, ele enfatiza que a popularização da educação é essencial; um guia para o “progresso civilizatório”. Quanto ao segundo aspecto, o que parece colidir diretamente com o primeiro, Backheuser enxergou na imigração de europeus brancos para território brasileiro um caminho para o desenvolvimento nacional. Isso, para ele, envolveria tanto uma “contribuição” cultural, quanto genética via a inserção de “sangue puro” europeu.

Nesse sentido, mesmo diante dos supostos efeitos depauperantes do meio tropical, Backheuser ainda acreditava que a migração eurobranca era fundamental para “tonificar” e “compensar” os efeitos maléficos na população euro-brasileira já desgastada em nosso solo.

Quanto mais meditamos nos problemas fundamentais, tanto mais nos convencemos da necessidade e urgência de um rigoroso incremento da imigração européia. Ela é talvez menos necessária na função material, chamada do braço agrícola (embora ainda aí seja ela a bem dizer indispensável ao progresso do país), do que **como sangue novo e puro que venha corrigir por salutareis mestiçagens as avarias deixadas pelo clima tropical na terceira ou quarta geração de troncos originariamente europeus** (*ibid.*, p.107 grifo adicionado)

A FUNDAÇÃO DAS FACULDADES DE GEOGRAFIA E A QUESTÃO DO COLONO BRANCO NOS TRÓPICOS

Os anos de 1930 trouxeram uma nova realidade para os debates acerca das relações raciais e da diferença racial no Brasil. As políticas populistas e nacionalistas do governo Vargas e, sobretudo, a publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933) se afastaram das visões pessimistas sobre a população (consequentemente, a cultura) brasileira e hegemonizaram, no debate nacional, uma visão “positiva” sobre o país, que passou a ser visto como o local do encontro harmônico das três raças: brancos europeus, indígenas e negro-africanos. Em meio à modernização institucional gestada pelo Estado Novo, várias instituições foram criadas ou reformuladas nos vários níveis da organização estatal. No bojo desse processo, foram criados os cursos de Geografia da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Brasil (1935). Uma “missão francesa” de geógrafos foi designada para estruturar os dois cursos. O desenvolvimento da Geografia Universitária no Brasil definiu um novo regime de debates a partir e sobre a disciplina, pois afastou de instituições como o IHGB, a Sociedade Brasileira de Geografia, o Colégio Pedro II etc., o centro de produção e difusão do conhecimento geográfico; consequentemente, os geógrafos franceses assumiram os postos e posições de importância e representação no campo da Geografia no país.

Isso teve um forte impacto nos debates de fundo racial no interior da disciplina. As discussões que ocorriam desde o limiar do séc. XX ficaram restritas à Geografia Escolar, especificamente ao Colégio Pedro II, onde foi alojada uma parte dos intelectuais da cena geográfica de antes de 1934. É importante mencionar que eram os geógrafos do Colégio Pedro II que elaboravam os currículos e os manuais de Geografia difundidos para todo o Brasil; conseqüentemente, através desses documentos, eram difundidas também suas leituras sobre a diferença racial na Geografia. Como um indício disso, ainda que careça de análises qualitativas, pesquisas recentes sobre a História da Geografia Escolar evidenciam a presença constante de conteúdos sobre a racialidade nos manuais de Geografia de 1920 até a década de 70 (Barros, 2022).

Do mesmo modo, a natureza dos debates sobre as relações raciais, regidos pelos geógrafos franceses, se modificou. Diferente da geração anterior de geógrafos, que buscaram produzir ou justificar uma ideia de unidade nacional por meio de interpretações geográficas, o que os obrigava a tratar do problema da raça na população, os geógrafos franceses fascinados e, ao mesmo tempo, confusos com o padrão de relações raciais brasileiros, centraram suas discussões sobre a migração europeia branca e sua adaptação e assimilação em uma sociedade e meio tropicais: Os migrantes brancos proliferariam no meio tropical? Iriam desvanecer com o caldeamento racial? Autores como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, dentre outros, partiram dessas questões para analisar a população eurobranca no Brasil.

Monbeig, na seção “Comentário”, da revista *Boletim Geográfico* (1947), buscou compreender a relação entre o “homem branco e o clima tropical”. O geógrafo, ao partir das argumentações de Max Sorre em *Les fondements biologiques de la géographie humaine* (1943), apresentou o estado da arte desse debate, fora de “afirmativas simplistas” e “conclusões a priori”, e o relacionou ao contexto brasileiro.

No que se refere especificamente à “ação dos diferentes elementos do clima sobre o organismo [dos seres humanos]”, Monbeig (1947, p. 124) levantou uma série de questões sobre: “o comportamento fisiológico em altitude”; os efeitos da “luminosidade” e da “eletricidade atmosférica”; a ação dos “ventos” etc. Esses fenômenos causam “anomalias fisiológicas com

reflexos sobre a atividade e a mente?”. Em sua visão, “estudos pacientes (...) permitiram a fixação das condições ótimas e a perceber o quanto os mais leves desequilíbrios relativos às situações climáticas normais podem produzir perturbações biológicas”. Nesse sentido, ao relacionar essa premissa ao campo da Geografia, ele enfatizou que, em muitos casos, “a formação do ecúmeno pode ser reflexo da influência dos elementos climáticos sobre o organismo”.

É nesse ponto de sua argumentação que Monbeig articula ao ecúmeno as descontinuidades geradas pelo efeito do clima, as “diferenças de raças” e seus “contrastes de qualidades”. Ele centra suas análises neste tópico justamente no “famoso problema do povoamento das regiões tropicais, a questão da aclimação do homem branco aos climas quentes” (*ibid.*, p. 124). Para evidenciar a complexidade desse debate, o geógrafo apresenta teses contrapostas, como, a visão positiva “dos holandeses”, que

tendem a considerar o problema, afinal, como não existente e a aclimação perfeitamente possível sem medidas especiais; [e] negam toda e qualquer alteração nas atividades funcionais do branco em clima verdadeiramente tropical. O sucesso da colonização holandesa na Insulíndia justifica plenamente o seu otimismo (*idem*).

Apresenta também a “posição pessimista” britânica, australiana e americana. Toma para isso os trabalhos dos geógrafos Grenfell Price e Herber J. Fleure. O primeiro, no livro *White settlers in the Tropics* (1939), afirma que “mesmo o otimista mais ferrenho tem dúvidas quanto à extensão da conquista [colonização], ao ouvir falar em desequilíbrios nervosos e ao saber que às crianças europeias devem ser geralmente levadas para a Europa para tratamento de saúde” (*apud* Monbeig, 1947, p. 124).

Algo intrigante aqui é, mesmo que Monbeig enfatize a “média anual de 16° a 23°” como a média de temperatura ideal para a fisiologia humana (é importante mencionar que essa era a média anual da Europa à época), o geógrafo, ao realizar uma crítica às duas teses mencionadas, afirma que é necessário levar em conta as diferenças regionais sobre os efeitos dos trópicos na fisiologia e, conseqüente, na constituição do ecúmeno, pois,

os trópicos não são rigorosamente idênticos (...) e nem todos os colonizadores são os mesmos em toda parte. Não se poderia extrair daí um princípio aplicável a todas as experiências coloniais, baseado apenas nas colônias holandesas da Insulíndia ou exclusivamente nos colonos ingleses das Antilhas, ou nos grupos alemães de certos pontos já pouco tropicais da África do Sul ou ainda em povoados luso-hispanicos do Novo Mundo (*ibid.*, p. 124-25).

Desse modo, Monbeig (1947, p. 125) também destaca uma falta em Sorre, pois acredita que “foi provavelmente a preocupação de só considerar casos geograficamente perfeitos que afastaram os exemplos brasileiros [de suas interpretações]”. Assim, em comentário sobre a realidade multi-racial brasileira, talvez como um chamado à realização de pesquisas científicas, uma vez que “a documentação e[ra] reduzidíssima”, Monbeig destaca que, ainda que a imigração tenha se concentrado nas “grandes culturas paulistas”, onde o clima é temperado, as novas “zonas pioneiras”, com “clima tipicamente tropical”, “receberam os mais heteróclitos elementos, brasileiros legítimos, descendentes de italianos, espanhóis, portugueses, alemães, recém chegados, húngaros, letões, japoneses, sem contar os ingleses administradores das grandes propriedades”. A Geografia, assim, deveria se debruçar sobre esta realidade, um laboratório de raças, para compreender os efeitos dos trópicos sobre essa diversa população branca em solo brasileiro.

Enquanto Monbeig buscou demonstrar a necessidade de investigações científicas para compreender a formação desse novo ecúmeno nos trópicos brasileiros por imigrantes europeus, Pierre Deffontaines se preocupou com os processos, as consequências e os resultados da colonização branca no Brasil. Deffontaines segue uma tendência de debates do final dos anos de 1920, encabeçada pelo antropólogo João Batista de Lacerda, que afirmava o branqueamento progressivo da população do país. Para ele, era dado que o Brasil - diferente de outras regiões tropicais do globo - era o “exemplo mais típico de uma conquista pelo povoamento branco de uma vasta região ao mesmo tempo tropical e equatorial”, conseqüentemente, “aqui não se trata mais de possibilidades da raça branca em zona tropical, mas de resultados” (Deffontaines, 1945 [1938], p. 1071).

Um pressuposto atravessava a interpretação de Deffontaines: os “tipos” raciais no contexto brasileiro eram fruto tanto do processo de miscigenação, quanto dos meios naturais específicos. Assim, ele descreve os “tipos” humanos como produtos regionais brasileiros, por exemplo: “os cearenses, raça espantosamente robusta que vive no Nordeste brasileiro”; no “sul, o planalto de São Paulo favoreceu para o nascimento de tipos de homens particularmente prolíficos, robustos e aventureiros”; “se elaborou em pleno centro brasileiro, nas altas cadeias da região, um outro tipo de homem, os mineiros; espécie de montanhese”. Ainda que haja diferenças, o que se assemelha em nos processos de formação dos “tipos” descritos é que em todos prevalece e se caracteriza o “aspecto europeu” e a “composição branca”. Assim, “variedades de tipos humanos novos apareceram, quase brancos pelo aspecto somático, ou se aproximando cada vez mais” (*ibid.*, p. 1070-1071).

Frente a essa realidade, uma questão levantada por Deffontaines (*idem*, p. 1071) é: “este branqueamento geral do Brasil se faz acompanhar de uma mudança correspondente dos gêneros de vida?”. No entendimento do geógrafo, no que diz respeito aos gêneros de vida constituídos no território brasileiro, as “transformações são menos rápidas do que na ordem somática”. Muitos migrantes e colonos brancos vinham adotando “hábitos e modos de vida vizinhos das populações primitivas de cor”. Em alguns casos, o autor aponta para o processo de “caboclicização” dos europeus brancos, como eram os casos dos alemães no Espírito Santo e em São Paulo, que “retornaram em algumas décadas a um estado quase selvagem”. De qualquer forma, em sua conclusão, “não obstante, no seu conjunto, o Brasil representa um caso singular de zona tropical em via de branqueamento.”

UMA GEOGRAFIA PELA DEMOCRACIA RACIAL... AINDA RACISTA

A despeito de a Geografia ter trazido em seu âmago discursos raciais do final do séc. XIX e início do século XX, o processo de institucionalização universitária da disciplina não questionou ou realizou uma revisão teórica sobre esses temas *a posteriori*, como outras disciplinas o fizeram - em especial a Sociologia nos anos de 1950 (cf. Bastide, Fernandes, 1955). Os efeitos disso

foram que geógrafos continuaram reproduzindo em seus discursos, implícita e explicitamente, estereótipos e visões preconceituosas por anos a fio. O Golpe Militar agravou esse cenário, pois o Estado assumiu o ideário de “democracia racial” como mito fundador da nação e reprimiu qualquer debate sobre as relações raciais e a existência de racismo na sociedade brasileira.

Esse contexto gerou algo inusitado no discurso dos geógrafos brasileiros sobre as relações raciais: enquanto estava sendo absorvida a ideia de “democracia racial”, utilizava-se, para interpretar essa “sociedade mestiça”, todo o conjunto de categorias e teorias das ciências racialistas do final do séc. XIX e início do séc. XX. Por exemplo, foram utilizados como referências para tratar desse assunto, os autores que abominavam a mestiçagem; ou a viam como degeneração ou como etapa passageira rumo ao branqueamento. Oliveira Vianna e Sílvio Romero, já citados, são referências constantes nos textos geográficos ou produzidos por geógrafos sobre a “etnicidade” ou a “raça” na população brasileira, bem como Gilberto Freyre, Roquette Pinto e Afrânio Peixoto, além de europeus, como Julian Huxley, Camille Desmoulins e Blumenbach de Tourville. Os geógrafos dos anos 1950 e 1960 continuaram reproduzindo estereótipos racistas, porém, com uma linguagem marcada pelo ideário da democracia racial.

A título de exemplo, temos o manual escolar “Geografia Humana”, de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro (1963) que, em um ato de pseudo-cientificismo, apresentaram o uso de “critérios de classificação” e de expressões cunhadas por cientistas racialistas que utilizavam o arcabouço da antropometria e craniometria. De maneira anacrônica, falam em “grau de civilização” e utilizam, para classificar grupos humanos, aspectos como “cor da pele”, “cabelo”, “estatura”, “forma da cabeça”, “índice cefálico”, “ângulo facial”, “índice nasal”, “capacidade craniana” etc., em um momento em que esse vocabulário estava ultrapassado e era apontado como impróprio para pensar a diferença humana.

Essa mesma lógica pode ser notada em Aroldo de Azevedo. O geógrafo mescla estatísticas e leituras antropológicas sobre as “etnias” e “raças” existentes no conjunto da população brasileira. Por exemplo, há um uso acríptico das teorias de Sílvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, em um instante em que se evidenciava o caráter defasado, falacioso e distorcido de muitas de suas leituras sobre o povo brasileiro. Também, contraditoriamente, Azevedo

(1975[1969], p.120; 122-123) reproduz as tipologias racistas de Vianna, como a de que “[o mulato] não possui grande disposição para os trabalhos pesados, nem muita inclinação para o comércio ou a indústria”, ou de que “[os caboclos] podem tornar-se traiçoeiros e vingativos, por vezes fanáticos em matéria religiosa”, ao tempo que ressalta e valoriza o “caráter mestiço” da sociedade brasileira, em suas palavras o “principal aspecto da população brasileira”.

Um marco dessa fase de interpretações geográficas sobre a diferença racial nos anos 70 é o artigo *As etnias brasileiras* (Rodrigues, 1970), publicado na *Coletânea Brasil: a terra e o homem*, organizada por Aroldo de Azevedo. Esse texto articula perspectivas antiquadas com debates contemporâneos do período sobre aspectos “étnicos” e “raciais” da população brasileira. Ainda que o autor realize uma leitura estatística e demográfica aguda da composição étnica e racial da população brasileira, ainda aciona estereótipos das ciências racialistas do séc. XIX sem a realização de uma reflexão crítica sobre seus sentidos.

No final dos anos 1970, os geógrafos brasileiros voltaram os olhos para a ciência geográfica e passaram a reavaliar o percurso que a disciplina estava fazendo até então. A chamada “virada crítica” ocorreu em um momento em que a Geografia brasileira alcançava certa liberdade frente ao Estado autoritário e passava a ter mais autonomia para definir seus temas de interesse. O cenário parecia um campo fértil para o desenvolvimento de uma abordagem geográfica brasileira sobre a questão racial. No entanto, o que ocorreu, de acordo com Ratts (2010), foi um “quase desaparecimento” da raça diante da primazia da classe social como elemento central nos estudos. A virada crítica não realizou uma prestação de contas sobre as leituras racialistas “conservadoras” produzidas durante todo século XX ou uma reavaliação sobre essas abordagens, de fato, a raça foi enterrada viva no campo da Geografia. Talvez por isso, uma crítica contundente surgiu no fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000, com a emergência principalmente de geógrafos negros e negras interessados em debater as relações raciais a partir de um viés geográfico.

NOVOS SUJEITOS ENTRAM EM CENA: LEITURAS CRÍTICAS DA RAÇA A PARTIR DA GEOGRAFIA

No Brasil, desde os anos 1990, geógrafos negros vêm buscando interpretar as relações raciais com lentes geográficas. Nessas abordagens há, por um lado, uma influência direta dos debates sobre os efeitos do racismo no Brasil, pois desde a abertura política, com o fim da ditadura civil-militar, o Movimento Negro vinha inflamando a cena pública com discussões sobre as desigualdades produzidas pelo racismo e com denúncias da inexistência de uma “democracia racial” no país. Geógrafos/as negros/as, alguns militantes orgânicos, tomaram como tema de pesquisa as pautas e reivindicações do Movimento Negro. Por outro lado, há também um diálogo profícuo, porém duro, com o movimento de “Geografia Crítica”. Ainda que esses geógrafos/as tenham incorporado a aspiração por justiça social e as visões políticas sobre a desigualdade social dessa corrente teórica, também teceram uma série de críticas sobre as leituras simplificadoras de classe e buscaram suprir as lacunas sobre as hierarquias produzidas pelo capitalismo, notadamente incorporando interpretações racializadas.

A seguir, apresentaremos cinco propostas de interpretações geográficas que possuem a categoria raça ou a diferença racial como um dos eixos analíticos. É importante destacar que o volume de pesquisas sobre o tema tem crescido de forma considerável desde o início dos anos 2000, conforme indicam os estudos de Cirqueira e Corrêa (2014) e Santos (2020). Esse crescimento é um ponto positivo para o desenvolvimento de abordagens sobre o tema na Geografia. Ainda assim, o extenso volume de material nos obriga a realizar um recorte que não abarca todas as concepções. Seleccionamos uma amostra que expressa a diversidade de tendências que emergem nesse campo.

Milton Santos nos anos 1980-90, em meio aos debates da constituinte, realizou uma série de discussões sobre a cidadania a partir de uma perspectiva geográfica, o que se condensa no livro *Espaço do Cidadão* (1987). Fustigado pelo diálogo com o Movimento Negro naquele momento e por suas experiências pessoais, o geógrafo apresentou uma proposta de interpretação dos efeitos do preconceito racial sobre a deformação da cidadania na sociedade brasileira. Em sua proposta analítica, a “questão negra” no Brasil deve ser analisada a partir de

três dados: a “individualidade”, a “corporeidade” e a “cidadania”. A individualidade envolve dados subjetivos e a percepção do indivíduo do mundo e da sociedade na qual está inserido; a corporeidade implica dados objetivos que mediam a individualidade e o mundo (ou a sociedade); e a cidadania é definida como as “franquias” políticas instituídas no e pelo Estado, algo que está “acima e além da corporeidade e da individualidade” (Santos, 1996\1997, 2000, 2002[2000]).

No caso brasileiro, o corpo da pessoa se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então a própria subjetividade (...) esbarra no dado ostensivo da corporeidade, cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa (Santos, 2002[2000], p. 159-160).

Assim, devido aos efeitos do passado escravista e à proliferação do racismo na esfera civil, a corporeidade de uma pessoa negra possui mais ressonância na sociedade do que sua individualidade. Isso relega a negros uma “cidadania mutilada” ou “cidadania incompleta”, visto que o corpo, significado de forma pré-conceituosa, se sobrepõe e ofusca a individualidade. Não há uma elaboração bem estruturada em torno disso, mas para Milton Santos, para contornar essa situação o Estado deveria estabelecer ações políticas para incorporar a população negra à nação de fato.

Nos estudos sobre o espaço urbano, temos dois exemplos de pesquisas que buscam lançar um olhar para problemas da cidade do Rio de Janeiro a partir de uma compreensão da raça como elemento estrutural na configuração das desigualdades socioespaciais, mas que se apoiam em correntes teóricas e metodológicas distintas. Andreilino Campos e Geny Guimarães são dois geógrafos negros e militantes e suas produções são, sem dúvida, são marcadas por esse duplo posicionamento.

Os estudos de Campos são voltados para a construção de estudos urbanos a partir da análise da questão racial. Oliveira (2016, p. 11) afirma que o geógrafo “buscava, insistentemente, construir uma teoria acerca do urbano que pudesse dar conta da espacialidade do violento racismo brasileiro” no livro “Do quilombo à favela”, um marco nos estudos sobre as favelas e os

territórios criminalizados. Campos (2010) desenvolve sua argumentação a partir de uma investigação histórica sobre a formação de quilombos no Rio de Janeiro, perpassando o processo de marginalização da população negra no período pós-abolição. Seu olhar crítico revela as articulações entre o projeto de construção nacional no século XIX e a exclusão sistemática dos egressos do sistema escravista do nascente mercado de trabalho – processo que, nas palavras do autor, “tratava-se de uma decisão político-cultural com uma lógica orientada pelo esforço da aparência branca da população urbana” (*ibid.*, p. 48).

Campos constrói sua argumentação a partir de elementos que indicam a sistemática exclusão da população negra das instâncias de decisão, principalmente no campo político, e os efeitos disso na espacialização dos grupos negros na cidade. Apoiado em Otávio Ianni, Campos apresenta uma definição de “discriminação” que se aproxima do que é qualificado como racismo estrutural (Almeida, 2018), compreendendo que a noção de raças entre seres humanos foi socialmente construída e se constitui como mecanismo que mantém as distâncias sociais. “A construção da nação não se fez homogênea; porém o “Outro”, não de forma clara, continuou muito diferente, não somente na cor, mas em todas as atividades, consideradas, quase sempre, como inferiores” (Campos, 2010, p. 50).

Em sua análise do “preconceito racial” enquanto elemento constitutivo do projeto nacional brasileiro, Campos (2006) desenvolve uma fundamentação teórica que preenche as lacunas deixadas por abordagens geográficas que aderiram ao mito da democracia racial. Seu trabalho desconstrói o racismo implícito nesse discurso hegemônico e propõe novos paradigmas analíticos para uma Geografia comprometida com a compreensão da formação socioespacial do país. Em sua obra posterior – “O planejamento urbano e a 'invisibilidade' dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro”, Campos (2006) reafirma o caráter histórico e construído da categoria raça, produto do contexto colonial que persiste na contemporaneidade. Assim, sua análise centra-se no racismo enquanto constructo imaginário que se materializa nas dinâmicas espaciais, desenvolvendo uma leitura geográfica sobre os processos de invisibilização da população negra no contexto urbano

carioca. Essa abordagem revela como as estruturas de poder racializadas se inscrevem no espaço urbano por mecanismos de planejamento e ordenamento urbano.

Por sua vez, Guimarães (2015), em sua obra *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*, empreende uma análise crítica dos critérios de seleção e constituição de bens patrimoniais, investigando as razões subjacentes ao que a autora denomina como processo de apagamento, silenciamento e apropriação cultural das heranças afro-brasileiras na formação do patrimônio nacional e da identidade brasileira. A pesquisadora resgata, assim, a discussão sobre o racismo enquanto elemento estruturante do projeto nacional, estabelecendo um diálogo teórico com as proposições de Campos. Embora ambas as pesquisas compartilhem o recorte espacial da cidade do Rio de Janeiro e analisem o papel do Estado na produção da segregação socioespacial, distanciam-se quanto aos referenciais teórico-metodológicos. Guimarães (2015) adota uma perspectiva mais alinhada com a Geografia Cultural, enquanto Campos (2006) fundamenta sua análise nos pressupostos da Geografia Urbana tradicional. A primeira desenvolve uma metodologia centrada na perspectiva do sujeito negro, “a partir do próprio negro” (Guimarães, 2015, p. 34), ancorada em abordagens etnometodológicas e afroepistemológicas, assumindo explicitamente a interdisciplinaridade como eixo estruturante de sua investigação. A autora explicita ainda seu posicionamento teórico-político através do uso estratégico da primeira pessoa em sua escrita, em diálogo com a noção de “escrevivência” da literata Conceição Evaristo.

No que concerne às contribuições teóricas, ambos os autores convergem na análise do racismo como fator determinante nas dinâmicas urbanas brasileiras, particularmente nos processos de segregação socioespacial – aspecto que se configura como o principal vetor de inserção da temática racial no campo da Geografia Urbana contemporânea. Quanto às categorias de análise, tanto Guimarães (2015) quanto Campos (2006) mobilizam o conceito de território, porém com enfoques distintos. Guimarães opera com a noção de territorialidades diaspóricas, concebendo-as como "processos de territorialização que podem assumir configurações 'fechadas', 'tradicionais', 'flexíveis' e 'múltiplas'" (Guimarães, 2015, p. 239), compreendendo a diáspora como "elemento catalisador de processos de desterritorialização, reterritorialização e

multiterritorialidade" (*ibid.*, p. 239). Campos, por sua vez, articula o conceito de territorialidade às identidades comunitárias e aos movimentos sociais, privilegiando uma análise das lutas por reconhecimento e direito à cidade.

Alex Ratts (2003) é um dos primeiros autores brasileiros que, a partir de uma perspectiva geográfica, busca articular os conceitos de gênero, raça e espaço. Reconhecendo que essas categorias possuem sentidos e derivações historicamente diversas no pensamento científico, o autor propõe a "intersecção controlada" dessas três variáveis na interpretação geográfica. Um dos pressupostos que orientam suas leituras é que "[a] subalternização do gênero, segundo a raça, apresenta uma dimensão espacial". Ao justificar essa afirmativa o autor ressalta que

as relações raciais têm uma nítida dimensão espacial, assim como as relações de gênero são construídas em âmbitos espaciais sobremaneira definidos. Dizendo de outra maneira, os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Na sociedade brasileira algumas dessas distinções não são exclusivas, o que não quer dizer que não existam. (*ibid.*, p.1)

O foco do autor para compreender a intersecção entre gênero, raça e espaço se dá sobre a "trajetória de mulheres negras", cujos "deslocamentos" comportam "trajetos, não somente geométricos, entre agrupamentos negros rurais e urbanos e entre espaços públicos e privados, que correspondem a um trânsito por âmbitos sócio-raciais diferenciados" (*ibid.*, p.01). Assim, ao "espacializar" as leituras de Lélia Gonzalez, os resultados de suas análises indicam que as mulheres negras, deslocando-se entre espaços privados e públicos, passam por processos de identificação que, marcados pelo racismo e o sexismo combinados, se constituem na contemporaneidade em "recriações diferenciadas das escravas" (mulata, empregada doméstica e babás hoje; mucamas, criadas, amas-de-leite ou mães pretas no passado próximo). Os contextos espaciais de interpelação de cada um desses "ícones" ou estereótipos representam limites e barreiras móveis e mutantes na vida das mulheres negras. Isso contribui para que as experiências e as representações das mulheres negras, desde a desigualdade, sejam compreendidas como um "mesmo mutável" na sociedade brasileira, pois, ainda que sua

identificação varie no tempo-espaço e que haja uma “mitificação” no imaginário social sobre sua figura, ela está fixada nos extratos mais baixos da sociedade.

Partindo de uma perspectiva distinta, mas também buscando evidenciar a complexidade e a multidimensionalidade que atravessa os processos de racialização nas estruturas de poder, Renato Emerson dos Santos (2012) se empenha em interpretar “a dimensão espacial das relações raciais” e “discutir as relações raciais a partir de raciocínios centrados no espaço”. Uma vez que a raça, um constructo social, é um “princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais”, possui um vínculo direto com a Geografia, pois, as “relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço. Revelar estas espacialidades é tarefa da geografia” (*ibid.*, p. 38).

Partindo de uma leitura da colonialidade (do poder, do saber e do ser) e da ideia de “classificação social” (em detrimento de “classe social”), o autor enfatiza que “a colonialidade é um padrão de poder que articula diversas dimensões da existência social” e, conseqüentemente, imbrica múltiplos condicionantes de hierarquização e dominação (além da raça, a classe, o gênero, a sexualidade, a nacionalidade, a origem etc.), algo que opera em diversas escalas, do global às relações interpessoais. Na visão do autor, os esforços interpretativos devem se orientar para a compreensão das combinações e superposições de hierarquias, o que expressa “múltiplos eixos de subalternização e discriminação de indivíduos e grupos”. O racismo, a partir dessa perspectiva, aparece como um “sistema multidimensional de classificação social” que, no caso brasileiro, tem nos traços corpóreos a principal referência classificatória – o que pode se associar a outros fatores. O que Santos busca chamar a atenção aqui é que a raça “pode ser e pode não ser uma variável independente”; “pode estar num contexto atrelada a outra variável (...) ou pode ser mobilizada de maneira independente”; pode “ênfatizar uma posição subalternizada ou valorizada, pode anular ou relativizar outra, ou ainda pode ‘substituir’ discursivamente outra” (*ibid.*, p.48). Tudo isso é condicionado e ditado pelo “contexto”, o que é qualificado por um processo de “ordenamento social racializado” ou “ordenamento espaço-temporal de categorias e sistemas de classificação social”.

Ao transpor essas leituras para uma interpretação da espacialidade das relações raciais, Santos enfatiza que: a valorização/mobilização dos eixos de pertencimento em interações sociais varia, com momentos em que regulam relações sociais e momentos em que não regulam; e, a complexidade dos próprios sistemas classificatórios e das estruturas de “pertencimento” mudam de contexto a contexto (*ibid.*, p. 42). Apoiado nos trabalhos de Sansone, Santos enfatiza que as relações raciais produzem “áreas duras” e “áreas moles”, ou seja, “áreas” onde “a dimensão racial importa, onde normalmente isto pende de maneira negativa para os negros”, e “áreas moles”, nas quais “ser negro não dificulta (...) e pode, às vezes, até dar prestígio” (*ibid.*, p. 42-44). Essas “áreas”, associadas aos “contextos de interação”, geram

um complexo padrão de relações raciais que mistura, no cotidiano das relações sociais, momentos onde há interações marcadas por horizontalidade, integração e igualdade entre brancos e negros e, ao mesmo tempo, outros momentos onde há verticalidades, hierarquias e diferenças que são transformadas em desvantagens, ou vantagens desiguais entre esses grupos. (*ibid.*, p. 44).

Os sistemas classificatórios múltiplos e complexos produzem formas, também múltiplas, de “especialização”. A organização das relações raciais brasileiras, pautada por uma “classificação dos contextos sociais”, produz “espaços negros” e “espaços brancos”. Ainda que essa produção seja marcada por processos de hierarquização e para efeitos de segregação, isso não se dá de forma absoluta. Os Movimentos Negros, com ações antirracistas, disputam o significado e a produção dessas espacialidades e afirmam positivamente a negritude. É nesse sentido que, ainda que a raça se conforme como um instrumento de dominação e controle social, a população negra estabelece processos de reversibilidade ao imprimir “grafias e grafagens espaciais” por meio de “toponímias de resistência” e constituir “espaços de valorização da negritude” e “especializações políticas” (*ibid.*, p. 64) que buscam produzir espaços, quiçá um mundo, sem racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA ONDE VAI A RAÇA NA GEOGRAFIA?

Buscamos evidenciar ao longo deste artigo que a raça não é um tema recente na Geografia. Pelo contrário, a ciência geográfica contribuiu ativamente para o desenvolvimento de diferenciações e hierarquizações raciais entre seres humanos. No Brasil do século XX, esse processo assumiu uma configuração específica, marcada pelos debates sobre o “problema da raça” no país. Ao longo da história do pensamento geográfico, o debate racial tomou diferentes caminhos e, no período atual, a raça tem novamente recebido a atenção por parte da comunidade de geógrafos brasileiros.

Além dos estudos que citamos, a operacionalização metodológica da categoria raça na Geografia tem sido o foco da Rede de Geógrafas Negres. Esse coletivo nacional emergiu no contexto das transformações nas relações raciais brasileiras, pois ele reflete a ampliação do ingresso de pessoas negras no ensino superior resultado direto das políticas de ação afirmativa a partir dos anos 2000. Geógrafos/as negros/as, em contraposição a uma produção do passado, estão propondo novas perspectivas para a abordagem geográfica da questão racial, e tais perspectivas estão relacionadas às experiências desses/as geógrafos/as com a Academia no Brasil, que teve por tempos o “negro” como seu objeto de ciência.

O volume de pesquisas sobre a questão racial na Geografia tem crescido, e tais estudos apresentam uma grande diversidade teórico-metodológica. O sinal mais evidente disso é o aumento da produção de teses e dissertações nas pós-graduações em Geografia. Em levantamento, Santos (2020) constatou um total de 126 dissertações e teses que abordam as relações “étnico-raciais” no Brasil, produzidas entre 1987 e 2018. Ainda que grande parte dessa produção tenha ocorrido em programas do Sudeste, se deu em instituições de todas as regiões brasileiras; esses trabalhos expressam uma diversidade temática, empírica e metodológica na forma de abordar a raça como um conceito na Geografia. É importante destacar também as várias coletâneas que buscam desvelar o intrincado campo das relações étnicas e raciais a partir da Geografia, dentre as quais podemos citar “Diversidade, espaço e relações étnico-raciais” (Santos, 2007), “Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero”

(Costa; Ratts, 2018), “Caderno Temático: Geografias Negras” (Cirqueira *et al*, 2020) e “Pensamentos Geográficos Africanos e Indígenas” (Lima-Papayá *et al*, 2021). É importante mencionar também que se inicia uma tentativa de compreensão da “questão indígena” via relações raciais (o que extrapola os estudos étnicos e culturalistas) na Geografia. Em suma, as diversas denominações atribuídas à produção teórica sobre a questão racial na Geografia possui aproximações e distanciamentos, o que indica que este campo de estudo, além de estar em pleno processo de constituição, é bastante fértil e possibilita diferentes abordagens.

Por fim, é importante mencionar que está em andamento, na Geografia brasileira, um movimento que questiona e tensiona os limites desse campo disciplinar em relação à abordagem da temática racial e do racismo. Não temos ainda elementos para afirmar que esse movimento causará uma “virada” no interior da comunidade de geógrafos/as, mas um ponto importante é que, além do aumento no volume de trabalhos sobre o tema, algumas ações estão sendo realizadas institucionalmente, principalmente por geógrafos/as negros/as, no sentido de colocar a questão em debate. Entre essas ações, destacamos o Manifesto “Por uma Geo-grafia Negra” (2019) apresentado por um grupo de geógrafos/as negros/as representantes de 20 núcleos de estudos, laboratórios, grupos e instituições de ensino das 5 regiões brasileiras no XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), realizado em setembro de 2019, em São Paulo. Veremos, a partir dessa movimentação para afetar as instituições geográficas, para onde vão os debates sobre as relações étnico e raciais na Geografia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, A. de. **Geografia do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1975[1969].
- BACKHEUSER E. **A estrutura política do Brasil.** Rio de Janeiro: M. Machado, 1926.
- _____. **A nova concepção da geographia.** In: Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro tomo XXXI 1926-1927.
- BANTON, M. **The Idea of Race.** New York: Routledge, 2019.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo: ed Unesco, Editora Anhembi, 1955.**
- BARROS, N. F. **O livro didático de Geografia e o pensamento racista brasileiro na formulação da identidade nacional durante a Primeira República.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Paraíba: UFPB, 2022.
- CAMPOS, A. de O. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado”** no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes.** Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ. Rio de Janeiro: 2006
- CARVALHO, D. de; CASTRO, T. de. **Geografia Humana: política e econômica.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963.
- CARVALHO, D. de. **Geographia do Brasil:** De acordo com o Programa do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Empresa Gráfico Editora, 1923.
- _____. **Geographia do Brasil.** 5º ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.
- _____. **Metodologia do Ensino Geográfico.** Petrópolis: Vozes, 1925.

CIRQUEIRA, D. M.; CORRÊA, G. S. 2014. **Questão Étnico-Racial Na Geografia Brasileira: Um Debate Introductório Sobre A Produção Acadêmica Nas Pós-Graduações**. In: Revista da ANPEGE 10(13), 2014. p. 29–58.

CIRQUEIRA, D. M. et al (orgs.). **Caderno Temático “Geografias Negras”**. Revista da ABPN, Goiânia, v. 12, ed. especial, abr. 2020.

_____. **Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache**. Boletim Paulista de Geografia, n. 104, p. 103-120, 2020.

_____. **Raízes nefastas do pensamento geográfico no brasil: meio, raça e nação em Oliveira Vianna (1920-1933)**. Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 9, n. 19, 2018.

_____. **A maldição de Cam: relação "homem-meio" e projeto de nação em Silvio Romero**. Terra Livre, v. 1, n. 46, p. 142-182, 2016.

_____. **Racismo e experiência do lugar em estudantes negras e negros**. Geografia, Ensino & Pesquisa, v. 21, n. 2, p. 72-87, 2017.

_____. **Inscrições de racialidade no Pensamento Geográfico (1880-1930)**. Tese (Doutorado em Geografia). POSGeo-UFF: Niterói, 2015.

_____. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFG, Goiânia, 2010.

CORRÊA, G. S. **Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFF, Niterói, 2013.

COSTA, C. L.; RATTS, A. (orgs.). **Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia: UFG, 2018.

DEFFONTAINES, P. **A População Branca No Brasil**. In: Boletim Geográfico, Ano III, Nov. de 1945, n. 32. pg. 1069-1071.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Bibliote Azul, 2013.

- FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Português edição. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo, Cortez, 2008.
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. **As elites de cor e os estudos de relações raciais**. In: Tempo Social, 8, 1996. p. 67–82.
- GUIMARÃES, G. F. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial**. Tese (Doutorado em Geografia). UFBA. Salvador:2015.
- HALL, S. **Raça, o significante flutuante**. In: Revista Z Cultural, ano VIII, n. 02, 2013.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- LIMA-PAYAYÁ, J. S. et al (orgs.). **Pensamentos Geográficos Africanos e Indígenas**. In: Kwanissa, São Luís, v. 4, n. 10, 2021.
- LIVINGSTONE, D. N. **The Geographical Tradition: Episodes in the History of a Contested Enterprise**. Illustrated edição. Oxford, UK : Wiley-Blackwell, 1993.
- _____. **The Moral Discourse of Climate: Historical Considerations on Race, Place and Virtue**. In: Journal of Historical Geography 17(4), 1991. p. 413–34.
- MACHADO, L. O. **Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 309-353.
- MAIO, M. C. **O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais n. 14, 1999. p. 141–58.
- MACHADO, T. C.; RATTS, A.. **Trajetórias socioespaciais dos militantes do movimento negro na Região Metropolitana de Goiânia**. In: Ateliê Geográfico, 6(2), 2012, p. 202–221.

- MONBEIG, P. **O homem branco e o meio tropical**. In: Boletim Geográfico Ano V, Maio de 1947, n. 50. p. 123-125.
- MORRISSEY, J., NALLY, D.; STROHMAYER, U.; WHELAN, Y. **Key Concepts in Historical Geography**. New York: SAGE, 2014.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica, 2019.
- NASCIMENTO, B; RATTIS, A.(org.). **Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Zahar, 2021.
- NAYAK, A.; JEFFREY, A. **Geographical Thought: An Introduction to Ideas in Human Geography**. London: Routledge, 2015.
- OLIVEIRA, D. A. de. **Legado de um professor: uma homenagem a Andreino de Oliveira Campos**. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 9-15, jun./dez. 2016.
- _____. **Por uma Geografia das Relações Raciais no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Geografia) UFF, Niterói, 2011.
- OLIVEIRA, R. C. de. **O Estado da Arte das Questões Étnico-raciais nas Pesquisas em Ensino de Geografia**. In: Boletim Paulista de Geografia, 1(104), 2020. p. 163–86.
- OMI, M.; WINANT, H. **Racial formation in the United States**. New York: Routledge, 1994.
- QUEIROZ, A. M. M. **Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo**. (Tese de Doutorado) - UFG, Goiás, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: Contextualizaciones latinoamericanas, v. 2, n. 5, 2015.
- MALIK, Kenan. **Strange Fruit: Why Both Sides are Wrong in the Race Debate**. London: Oneworld Publications, 2008.
- RAMOS, G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

RATTS, A. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**. In 27º. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu. Anais. Caxambu, Minas Gerais, 2003.

_____. **A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia**. In: Boletim Paulista de Geografia. n. 104, 2020. p. 1–22.

_____. **Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino**. Terra Livre. Ano 26, v. 1, n. 34, jan.jun., 2010. p. 125-140.

RODRIGUES, Luiz Melo. **As etnias brasileiras**. In: AZEVEDO, Aroldo. Brasil: a terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v.2,1970. p. 159-19

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. 2ed. Primeiro Tomo. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902[1888].

SANTOS, M. F. dos. **A Temática Racial nas teses e dissertações defendidas em programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil (1987-2018)**. In: Revista ABPN. N. 12, Ed. Especial, 2020. p. 54–77.

SANTOS, M. F. dos, e RATTS, A. **Trajетórias Negras Discentes no Espaço Acadêmico: O quadro da UFG diante das ações afirmativas**. Educere et Educare, vol. 10, no.20, 2015, pp.641-652.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Ser negro no Brasil hoje**. In: RIBEIRO, W. C. (org.). O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002 [2000]. p. 157-161.

_____. **As exclusões da globalização: pobres e negros**. In: FERREIRA, A. M. T. Na própria pele. Porto Alegre: CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000. p. 9-20.

_____. **Cidadanias mutiladas**. In: LERNER, J. (Ed.). O preconceito. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144.

SANTOS, R. E.. (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, Petrópolis: DP e ABPN, 2012.

_____. **Movimentos Sociais e Geografia: sobre as espacialidades da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

_____. **Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano**. In: _____. (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Rio de Janeiro: DP et all & ABPN, 2012, p. 36-67.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Questão racial e etnicidade**. In: MICELI, S. (org.), **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, pp. 267-326.

_____. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, G. **O Beneplácito Da Desigualdade: Breve Digressão Sobre O Racismo E Outros Textos Sobre Questões Étnicorraciais**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021.

SOUZA, L. F. de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFG. Goiânia: 2007.

SOUZA, L. F. DE; CIRQUEIRA, D. M.; DE SOUSA, P. P. A.; & RATTS, A. **Uma geografia das corporeidades e das diferenças. Uma Geografia do século XXI: temas e tensiones**. Curitiba: CVR, 2020. p. 41-61.

STOGIANNOS, Alexandros. **The Genesis of Geopolitics and Friedrich Ratzel: Dismissing the Myth of the Ratzelian Geodeterminism**. New York: Springer, 2019.

UNIFICADO, **Movimento Negro (MNU). 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

VIANNA, O. **Raça e assimilação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959[1932].